

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.656 - SP (2019/0284535-1)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**EMBARGANTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A**  
**ADVOGADOS : JOSÉ CARDOSO DUTRA JUNIOR - DF013641**  
**IGOR BIMKOWSKI ROSSONI - RS076832**  
**CARLOS EDUARDO BAUMANN E OUTRO(S) - SP107064**  
**RODRIGO VARINI MUTTI - SP335298**  
**LEONARDO CASTRO - SP425644**  
**EMBARGADO : IRMÃOS ALVES DA SILVA LTDA**  
**EMBARGADO : IVONE GONCALVES**  
**EMBARGADO : JORGE AURELIO JARA**  
**EMBARGADO : JOSE CLAUDIO MARINHO**  
**EMBARGADO : LEIA MARIA CAMPOS DOS SANTOS**  
**EMBARGADO : L M P C VIEIRA**  
**EMBARGADO : MARCIA HELENA MACHADO DA SILVA**  
**EMBARGADO : MARIA APARECIDA DA COSTA APARECIDO**  
**EMBARGADO : JAIME JORGE BRISON**  
**ADVOGADO : FÁBIO EDUARDO SALLES MURAT E OUTRO(S) - SP108018**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Nos termos do artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, corrigir erro material e/ou suprir omissão de ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador. Nada obstante, não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de dar efeito infringente ao recurso integrativo.

2. Embargos de declaração rejeitados.

**DECISÃO**

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por TELEFÔNICA BRASIL S.A contra decisão de fls. 580-582, que conheceu em parte do seu recurso especial e negou-lhe provimento, assim ementada:

RECURSO ESPECIAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VIOLAÇÃO AO ART. 489 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRATO FIRMADO NA MODALIDADE PCT. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. A Corte local apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma

clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes, apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente, o que está longe de significar ausência de fundamentação.

2. O exame da pretensão recursal de reforma do v. acórdão recorrido exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão, bem como interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. O dissídio jurisprudencial não foi devidamente demonstrado, à míngua do indispensável cotejo analítico.

4. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

Nas razões recursais (fls. 584-599), a parte embargante alega obscuridade e contradição na decisão embargada. Afirma que seria incontroverso nos autos que os contratos discutidos são da modalidade PCT. Assevera que:

"a decisão ora embargada mostra-se contraditória e obscura ao, por um lado, afirmar que as questões relacionadas aos contratos PCT foram expressa e fundadamente enfrentadas, inexistindo violação ao arts. 489 do CPC, e, por outro lado, em relação ao mérito dos contratos PCT propriamente dito – violação dos art. 7º, 8º e 170 da LSA – que tais matérias não poderiam ser conhecidas por incidência das Súmulas 05 e 07."

Argumenta que a matéria não depende de reapreciação do material fático-probatório para verificar a violação aos arts. 7º, 8º e 170 da LSA. Reitera a violação aos arts. 7º, 8º e 170 da LSA, bem como a violação ao art. 489 do CPC. Defende, ainda, que teria realizado a demonstração analítica da divergência jurisprudencial. Pede o provimento dos embargos de declaração.

Decido.

2. De início, observa-se que o art. 1.022, e seus incisos, do CPC/2015, claramente prescrevem as quatro hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a existência de (1) obscuridade, (2) contradição, (3) omissão no julgado, incluindo-se nesta última as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida, e por derradeiro, (4) o erro material.

Nenhum desses vícios se faz presente na decisão ora embargada.

2.1 Na espécie, confira-se a decisão embargada no ponto que interessa:

"2. Não se verifica, no caso, a alegada vulneração do art. 489 do CPC/2015, porquanto a Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas. O teor do acórdão recorrido resulta de exercício lógico, ficando mantida a pertinência entre os fundamentos e a conclusão.

Na espécie, a Corte local apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova

que entendeu pertinentes, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide, apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente, o que está longe de significar ausência de fundamentação.

3. No que tange à violação aos arts. 7º, 8º e 170 da Lei nº 6.404/76 e ao dissídio jurisprudencial, o inconformismo também não prospera.

Constou do acórdão recorrido que se trata de plano de expansão de telefonia, de forma que o valor patrimonial da ação é aquele vigente à época da integralização, nos termos da Súmula 371 do STJ.

Desse modo, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, assim como a interpretação de cláusulas contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso por ambas as alíneas.

Salienta-se, inclusive, que, na apelação da parte ora recorrente, ela alegou à fl. 344 que os autores aderiram aos planos de expansão.

Nota-se que a alegação de que os contratos teriam sido firmados na modalidade PCT somente foi levantada pela parte recorrente nos embargos de declaração, configurando-se pós-questionamento indevido. Nesse sentido: AgRg no REsp 1121195/GO, Rel. Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP), Quarta Turma, julgado em 05/11/2009, DJe de 16/11/2009; e, REsp 775.841/RS, Rel. Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, julgado em 19/03/2009, DJe de 26/03/2009.

Além disso, especificamente quanto ao dissídio jurisprudencial, observa-se que o conhecimento do recurso fundado na alínea “c” do permissivo constitucional pressupõe a demonstração analítica da alegada divergência. Para tanto, faz-se necessário a transcrição dos trechos que configurem o dissenso, mencionando as circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, ônus do qual não se desincumbiu a parte recorrente.

Nesse sentido o AgRg no Ag 1004354 / RS, Relator Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz convocado do TRF 1ª Região), DJe 04.08.2008 e o AgRg no Ag 657431/SC, Relator Ministro Fernando Gonçalves, DJe 23.06.2008.

4. Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento."

Como se vê, não há contradição, nem obscuridade, tampouco qualquer outro vício a ensejar embargos de declaração, de modo que todos os pontos necessários ao desate da controvérsia foram abordados, de forma clara, coerente, lógica e fundamentada.

Observa-se que não é obscura a decisão embargada que, embora com fundamentação contrária ao interesse da parte, desata a questão jurídica posta em juízo.

Ressalta-se, ainda, que a contradição que permite o manejo dos aclaratórios é aquela verificada no corpo da própria decisão, e não a existente entre a pretensão da parte e o resultado colhido no julgamento.

Nota-se que, ao contrário do alegado pela parte embargante de que seria

questão incontroversa os contratos em análise na modalidade PCT, constou do acórdão recorrido que se trata de plano de expansão de telefonia - PEX, de forma que a argumentação apresentada não caracteriza vício na decisão recorrida, mas sim mero inconformismo da parte com o resultado do julgamento.

Com efeito, os argumentos da parte embargante - de que seria incontroversa a questão dos contratos em análise serem na modalidade PCT, de que a matéria não dependeria de reapreciação do material fático-probatório, de que haveria violação aos arts. 489 do CPC/2015, 7º, 8º e 170 da Lei nº 6.404/76 e de que haveria demonstração analítica do dissídio jurisprudencial - não revelam os vícios de obscuridade e contradição na decisão embargada, mas mero inconformismo da parte com o resultado colhido no julgamento.

Sob o pretexto de obscuridade e contradição, a parte busca o afastamento das Súmulas 5 e 7 do STJ, da falta de demonstração analítica do dissídio jurisprudencial e da inexistência de violação ao art. 489 do CPC/2015; porém, essa pretensão não caracteriza vício de obscuridade e contradição, mas sim mero inconformismo da parte embargante com o resultado do julgamento.

A parte embargante, na verdade, deseja a rediscussão da matéria, já julgada de maneira inequívoca. Essa pretensão não está em harmonia com a natureza e a função dos embargos de declaração.

Desse modo, ressalta-se que os restritos limites dos embargos de declaração não permitem re julgamento da causa, como pretende a parte embargante, sendo certo que o efeito modificativo pretendido somente é possível em casos excepcionais e uma vez comprovada a obscuridade, contradição, omissão ou erro material do julgado, o que não se aplica ao caso concreto pelas razões acima delineadas.

3. Ante o exposto, rejeito os presentes embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator